

24 JUN 1986

Senado poderá atrasar mais os "royalties"

Brasília — A regulamentação da lei dos royalties, aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados, poderá sofrer alterações no Senado, segundo o líder do PFL na Casa, Carlos Chiarelli. Isso retardará ainda mais o pagamento das indenizações da Petrobrás ao estado do Rio de Janeiro, que deve receber este ano cerca de US\$ 176 milhões (cerca de Cz\$ 2 bilhões 400 milhões).

— Não há nenhum compromisso do Senado em aprovar a regulamentação da lei dos royalties da forma como a Câmara dos Deputados o fez — adiantou Chiarelli. A partir de hoje à tarde, o Senado realizará um período de "esforço concentrado" para desobstruir sua pauta de votações — que está com mais de cem itens — e apreciar diversas matérias que a Câmara aprovou na semana passada, entre elas a regulamentação da lei dos royalties.

Segundo o líder do PFL, apesar de os royalties terem sido aprovados depois de entendimentos entre as lideranças do PMDB e do PDT na Câmara com o ministro Marco Maciel, esta não é uma matéria sobre a qual exista consenso no Senado. Chiarelli garantiu que será preciso uma nova rodada de negociações antes de submeter a regulamentação da lei aos senadores.

— O Senado não é uma casa de chancela das decisões da Câmara. Somos uma instância revisora. Nossas decisões são tomadas com menor conteúdo emocional. Faremos uma negociação de alto nível durante a apreciação desta matéria. Sem descer às retaliações e às colocações impensadas do governador Leonel Brizola, estamos comprometidos com a fórmula da Câmara dos Deputados — afirmou o senador.

JORNAL DO BRASIL

Para realizar o "esforço concentrado". O Senado aguarda que os deputados eviem para apreciação os projetos aprovados durante a semana passada na Câmara. Até ontem, o produto do "esforço" dos deputados estava encajado na Comissão de Redação Final, à espera de quorum.

Entre esses projetos, está o pedido de autorização para o presidente Sarney ausentar-se do país por um período que vai até 31 de janeiro de 1987 e a Lei Sarney (que concede incentivos fiscais à cultura), ponto sobre os quais há consenso entre os senadores.

Serão apreciados, também, os seguintes projetos: isenção de IPI para os taxistas, autorização para a venda dos imóveis residenciais do governo em Brasília, congelamento das ações de despejo e a Lei Orgânica da Magistratura.

O projeto que proíbe as demissões imotivadas não everá ser votado pelo Senado. Segundo o líder do PFL. Não há razão para que se pense que, em três dias, o Senado vai apreciar uma matéria que tramitou durante um ano e meio na Câmara.